



RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

**Elaborado de acordo com as instruções contidas na
Decisão Normativa TCU Nº107, de 27 de outubro de 2010
e Portaria TCU 277, de 7 de dezembro de 2010**

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (ITEM A DO ANEXO II À DN TCU 107/2010).	5
1.1. PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	5
1.2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	5
1.3. NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	5
1.4. OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1.5. MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA	6
1.6. UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	6
2. OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS.	6
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	6
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	11
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	12
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	16
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	16
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	16
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	16
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	18
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	18
5.4. CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	18
5.5. LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA MEDIANTE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	21
6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCEIRA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.	23
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SIASG	24
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1.993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	25
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	26
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	28

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	30
12. INFORMAÇÕES SOBRE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	30
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.....	31
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÕES DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENUNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR, EM RELAÇÃO À SRFB, AO FGTS E À SEG. SOCIAL.....	31
15. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACORDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	32
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.	32
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	32
15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	33
15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	33
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	34
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	34

PARTE B DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS.....	35
2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, INDICANDO OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO	53
3. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	54

PARTE C DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

1. INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.....	57
--	-----------

RELAÇÃO DOS QUADROS

Quadro 1	- DISPÊNDIOS CORRENTES.....	8
Quadro 2	- EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	11
Quadro 3	- IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	12
Quadro 4	- PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	12
Quadro 5	- PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	13
Quadro 6	- RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	13
Quadro 7	- DESPESAS POR MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	14
Quadro 8	- DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	14
Quadro 9	- DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	15
Quadro 10	- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	17
Quadro 10.1	- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (FAIXA ETÁRIA).....	17
Quadro 10.2	- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (NÍVEL DE ESCOLARIDADE).....	18
Quadro 11	- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	18
Quadro 12	- QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NO EXERCÍCIO DE 2008, 2009 E 2010.....	19
Quadro 13	- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	20
Quadro 14	- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	20
Quadro 15	- DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	21
Quadro 16	- ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	28
Quadro 17	- GESTÃO AMBIENTAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	30
Quadro 18	- GESTÃO DE TI DA UJ.....	31
Quadro 19	- SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	32
Quadro 20	- SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	33
Quadro 21	- COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	52
Quadro 22	- REMUNERAÇÃO PAGA ÀS DIRETORIAS E CONSELHOS EM 2010.....	57
Quadro 23	- SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EM 2010.....	57

PARTE A DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL**1. Identificação de Relatório de Gestão Individual (item A do anexo II à DN TCU 107/2010).****1.1. Poder e Órgão de vinculação:**

- Poder: Executivo
- Órgão de vinculação: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Código SIORG: 14

1.2. Identificação da Unidade Jurisdicionada:

- Denominação completa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
- Denominação abreviada: CASEMG
- Código SIORG: 47839
- Código LOA: Não se aplica
- Código SIAFI: Não se aplica
- Situação: Ativa
- Natureza Jurídica: Sociedade de economia mista
- Principal atividade: Armazéns gerais
- Código CNAE: 5211-7/01
- Telefone/fax de contato: (31) 3272-2833 / (31) 3272-2943
- Endereço eletrônico: presidencia@casemg.com.br
- Página da internet: <http://www.casemg.com.br>
- Endereço postal: Rua dos Timbiras, 1.754 – 14º e 15º andares – Bairro Lourdes
CEP: 30.140.061 - Belo Horizonte/MG

1.3. Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada:

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: criada pela Lei Estadual nº 1.643, de 6 de setembro de 1.957 - (DOU de 06/09/1957), a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização contida na Lei Estadual nº 12.422 - (DOU de 27/12/1996), de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 - (DOU de 12/09/1997), vinculada ao Ministério da Agricultura através do Decreto 6.129 de 20/06/2007 - (DOU 21/06/2007).

1.4. Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Em funcionamento, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 7 de novembro de 2000.
- As instruções normativas são documentos internos que estabelecem as diretrizes para o funcionamento organizacional e a metodologia a ser operada à prestação de serviços nas “Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN’s” e a administração das áreas na sede administrativa da Companhia’.
- O Estatuto Social e o Regimento Interno também são documentos relacionados à gestão e à estrutura da Companhia.

1.5. Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

1.6. Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

2. Objetivos e metas físicas e financeiras

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1. Competência Institucional.

Dentro do contexto nacional, a CASEMG encontra-se no estado de Minas Gerais e busca a atuação de suas atividades de acordo com a sua missão “viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentável ao agronegócio”.

No exercício, nos contratos de prestação de serviço, merecem destaque: as cooperativas, setores de abastecimento, empresas diretamente ligadas ao agronegócio, adesão de pequenos, médios e grandes produtores, bem como parceria com a disponibilização de área para empresa responsável pela Estação Aduaneira do Interior - EADI em Uberlândia, para importação e exportação.

2.1.2. Objetivos estratégicos.

A CASEMG planejou para o exercício de 2010 os seguintes objetivos e prioridades definidos no Programa de Dispêndios Globais – PDG, bem como com os valores da Reprogramação 2010, aprovada pelo Decreto nº 7.417, de 30 de dezembro de 2010.

2.1.3. Programa de Investimento.

Previsão de investimentos no Ativo Imobilizado de R\$ 1.576 mil, assim distribuídos:

- a) Manutenção e Adequação de Imóveis..... R\$ 648 mil
- b) Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos... R\$ 712 mil
- c) Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento..... R\$ 216 mil

2.1.4. Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial.

- a) Elevar a receita total para R\$ 20.037 mil.

No período, a receita total alcançou R\$ 19.295 mil, ou seja, 96,30% da receita inicialmente prevista, sendo:

Receita Operacional:

- Prevista: R\$ 18.094 mil;
- Realizada: R\$17.389 mil;
- Percentual obtido: 96,10%

Receita Não Operacional:

- Prevista: R\$1.943 mil;
- Realizada: R\$1.906 mil;
- Percentual obtido: 98,10%

- b) Reduzir o endividamento e equacionar o passivo trabalhista

Em 2010, o endividamento total da CASEMG se manteve estável em relação ao do exercício anterior, embora tenha havido pequeno acréscimo de 6,40%, ou seja, de R\$7.407 mil em 2009 para R\$7.883 mil em 2010, em função da atualização monetária das ações trabalhistas decorrentes do dissídio coletivo de 1991.

No que diz respeito ao passivo trabalhista, em 2010, foram liquidadas 13 (treze) ações judiciais não referentes ao Dissídio Coletivo de Trabalho de 1991, no valor total de R\$ 775 mil e 2 (duas) referente ao Dissídio Coletivo, no valor de R\$ 353 mil, totalizando um desembolso de R\$1.128 milhão.

Ainda no mesmo período, foi pago o saldo remanescente do acordo trabalhista firmado em 2009, no montante de R\$465 mil, totalizando, em 2010, R\$1.593 milhão a redução do passivo trabalhista da Empresa.

c) Reduzir os dispêndios correntes.

Dispêndios Correntes

Valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO - %
Pessoal e Encargos	6.215.089	6.197.849	99,70
Materiais e Produtos	1.803.612	1.770.558	98,20
Serviços de Terceiros	4.239.638	4.357.415	102,80
Utilidades e Serviços	2.293.720	2.098.345	91,50
Aluguéis	335.810	326.215	97,10
TOTAL	14.887.869	14.750.382	99,10

Quadro 1 - Dispêndios Correntes

Pela análise do quadro acima, pode-se depreender que, de um modo geral, todos os valores realizados nas rubricas em questão mantiveram-se dentro do esperado, não havendo ocorrências relevantes a serem registradas.

2.1.4.1. Responsabilidade Social e Ambiental.

a) Solucionar os problemas ambientais em todas as Unidades e ampliar a ação social da empresa.

No aspecto social e ambiental da Companhia, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Conclusão, com êxito, da licitação para desenvolvimento do projeto de despoeiramento e renovação de ar dos conjuntos de silos nºs 1 e 2 da Unidade Armazenadora de Uberlândia, sendo que o próximo passo será o início do processo de licitação para contratação de firma com vistas à execução do projeto em questão.

- Obtenção de outorga para utilização de água de poço subterrâneo na Unidade de Uberaba, necessária à autorização ambiental do órgão competente para seu funcionamento.
- Encaminhamento do ajuste de conduta junto ao Ministério Público do município de Paracatu para adequações ambientais da unidade armazenadora.

2.1.4.2. Otimização da Capacidade Instalada.

- a) Obter taxas médias de ocupação crescentes.

A média de ocupação da rede armazenadora da empresa no período foi de 158.300 t, representando 33,75% da capacidade estática instalada, que atualmente é de 505.100 t, enquanto que em 2009 a média de ocupação foi de 133.460 toneladas, correspondente a 28,45% da capacidade estática, representando um aumento de 18,63% em relação ao ano anterior.

Neste exercício, foram firmados 492 contratos de adesão gerando uma entrada de 96.336 t de mercadorias diversas, em especial, soja, milho, café, açúcar e algodão.

Outra forma utilizada para disponibilização de espaço para a armazenagem de mercadorias foi através de contratos de tarifação especial (depósitos), quando foram feitos 41 contratos equivalentes a disponibilização de 415.800 toneladas para movimentação de mercadorias por tempo pré-determinado, via de regra, para pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional, resultando em garantia mensal de receitas operacionais advindas desta forma de disponibilização de parte da capacidade estática instalada.

- b) Elevar o volume de produtos a serem transbordado nas UAN' S estruturadas para prestação desse serviço.

Em relação ao volume de produtos transbordado, tanto de soja, milho e farelo de soja, observou-se um movimento comparativo ao de 2009, com pequena redução, em face de comercialização antecipada destes produtos.

- c) Girar, em cada unidade em operação, no mínimo, duas vezes a sua capacidade estática.

Considerando o volume de produtos armazenados e transbordados, detecta-se um índice de rotatividade de 2,5 (dois vírgula cinco) no período analisado.

2.1.4.3. Ampliação das bases do negócio.

a) Identificar e implantar novos negócios e serviços.

A Companhia manteve a política de identificação e ampliação de novos clientes com vistas à implementação da utilização da capacidade armazenadora e a melhor utilização dos equipamentos de transbordo de grãos.

b) Diversificar, ampliar e fidelizar a carteira de clientes.

A quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante, na faixa de 4.200 clientes cadastrados, ao término de 2010.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O ano de 2010, ao contrário de anos anteriores, registrou um comportamento atípico no recebimento da safra soja e milho, cuja movimentação se intensificou somente a partir de julho/agosto, principalmente o do milho que, devido ao baixo valor de mercado, levou os agricultores a optarem por armazenar o produto em bolsões na própria fazenda ou, ainda, venderem diretamente na lavoura, pouco utilizando os serviços de armazenagem oferecidos pela Empresa.

O reflexo desta atipicidade está refletido nas receitas de Contratos de Depósito-Adesão que, no período, registrou um decréscimo de R\$ 882.820, em comparação a 2009, correspondente a uma queda de 11,4 %.

Em fevereiro de 2010, foi realizada, na unidade de Uberlândia, reuniões entre os responsáveis pelas áreas técnicas e os gerentes das unidades armazenadoras, quando tiveram oportunidade de apresentar as metas de receitas, estimativas das despesas e as medidas que estavam e deveriam ser tomadas, tais como manutenções mecânicas e elétricas, consertos e reformas, higienização, dedetização e outras, visando capacitar as UAN's para o recebimento da safra agrícola de grãos.

Foram apresentadas, também, as medidas necessárias à certificação das unidades armazenadoras, em atendimento às Instruções Normativas nº 33, de 12/07/07 e nº 52, de 31/12/09, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como as providências tomadas visando à

redução do consumo de energia elétrica e o cronograma de trabalho que estará sendo implementado nas UAN's visando reduzir os gastos deste insumo.

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Contribuíram de forma decisiva para o aumento do faturamento em 2010, as negociações realizadas entre a CASEMG e a CONAB, visando o armazenamento do milho adquirido por esta, através de leilões. No exercício de 2010, as receitas relativas ao faturamento proveniente destas negociações totalizaram R\$ 1.526.928.

Houve, ainda, em 2010, um aumento de R\$ 1.614.565 na receita bruta decorrente das operações de transbordo, representando um aumento de 53,8% em relação a 2009.

Em 2010, a Receita Bruta de Venda de Serviços e Mercadorias cresceu 9,1%, tendo atingindo R\$ 17.388.615, o que representou um aumento de R\$ 1.443.371 em relação ao exercício de 2009, que totalizou R\$ 15.940.729.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

Não se aplica.

2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada Em 2011
30	222	0920	1220	A	4	R\$1,00	237.550	498.083	1.375.282
30	222	0920	1260	A	4	R\$1,00	200.000	208.358	62.400
30	222	0920	1220	A	4	R\$1,00	1.937.950	1.568	895.794

Quadro 2 - Referência: Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.

Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

No Orçamento de Investimento de 2010, do total reprogramado de R\$ 1.576.280, foi realizado o montante de R\$708.009, ou seja, 44,90%.

A rubrica que ficou mais próxima do reprogramado foi a de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática (96,22%); Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos atingiu 69,96% do orçado e Manutenção e Adequação de Imóveis, apenas 0,24%.

Os investimentos programados não foram totalmente realizados devido a não realização de receitas alienação de imóveis prevista na programação inicial. Entretanto, tal situação não prejudicou o recebimento de grãos, conseqüentemente, o volume de mercadorias armazenadas na estrutura em operação nas suas condições atuais.

Para 2011, cuidado especial será tomado visando proceder às manutenções e adequações necessárias.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais	22209	Não se aplica

Quadro 3 - Referência: Quadro A.2.3 Identificação das Unidades Orçamentárias. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		5.035.700	6.350.992	-----	-----	9.626.382	12.002.528
	PLOA		5.035.700	6.350.992	-----	-----	9.626.382	12.002.528
	LOA		5.035.700	6.350.992	-----	-----	9.626.382	12.002.528
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total			5.035.700	6.350.992	-----	-----	9.626.382	12.002.528

Quadro 4 - Referência: Quadro A.2.4. Programação de Despesas Correntes. Portaria - TCU Nº 277, 7/12/2010

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital.
Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		1.300.000	2.375.500	---	----	----	-----
	PLOA		1.300.000	2.375.500	---	----	----	-----
	LOA		1.300.000	2.375.500	---	----	----	-----
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			1.300.000	2.375.500	---	----	----	-----

Quadro 5 - Referência: Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

2.4.1.3. Resumo da Programação de Despesas.
Valores em R\$1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		14.662.082	23.221.695	1.300.000	2.375.500	-	-
	PLOA		14.662.082	23.221.695	1.300.000	2.375.500	-	-
	LOA		14.662.082	23.221.695	1.300.000	2.375.500	-	-
CRÉDITOS	Suplementares						-	-
	Especiais	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Extraordinários	Abertos					-	-
		Reabertos					-	-
	Créditos Cancelados						-	-
Outras Operações							-	-
Total			14.662.082	23.221.695	1.300.000	2.375.500	-	-

Quadro 6 - Referência: Quadro A.2.6 - Resumo da Programação de Despesas. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Não se aplica à Unidade. A Companhia não concedeu e/ou recebeu créditos no exercício de 2010.

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão			1.224.193	1.344.668
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa			1.200	0,00
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Quadro 7- Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2009	2010
1- Despesas de Pessoal	5.985.941	6.197.849
Salário base	2.785.917	2.814.880
Encargos sociais	2.026.890	2.159.975
Benefícios sociais	531.181	504.654
Demais elementos do grupo	641.953	718.340
2- Materiais e produtos	1.882.795	1.770.558
3- Serviços de terceiros	3.662.762	4.347.415
Despesas indiretas com pessoal	1.108.987	1.119.451
Demais serviços terceirizados	1.759.576	2.129.332
Demais elementos do grupo	794.199	1.098.632
4- Utilidades e serviços	2.203.426	2.098.345
5- Tributos e encargos parafiscais	1.863.655	1.970.681
6- Outros dispêndios correntes	2.639.050	4.680.759

Quadro 8 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesa.

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2009	2010
7- Investimentos no ativo imobilizado	101.992	708.009
Manutenção e adequação de imóveis	62.303	1.568
Manutenção. e adequação bens móveis, veículos e máquinas.	37.013	498.083
Manut. e adequação de ativos de inform. e teleprocessamento.	2.676	208.358

Quadro 9 – Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesa

Análise crítica

Os investimentos programados no início do exercício não foram totalmente realizados devido a fatores adversos, principalmente, a não realização das alienações de imóveis prevista na programação inicial, o que, acontecendo, viabilizaria os recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas previstas para as atividades de manutenção e adequação de imóveis, no exercício.

Deve-se ressaltar que referidas atividades foram realizadas de forma tempestiva, atendendo as necessidades mais urgentes, não prejudicando as operações de recebimento de grãos no período de colheita da safra, conseqüentemente, não comprometendo o volume de mercadorias armazenadas na estrutura em operação.

Em 2010, a Companhia deu continuidade ao processo de modernização dos sistemas de gestão integrada, bem como a aquisição e modernização de equipamentos de informática, com o objetivo de propiciar, tanto às unidades armazenadoras quanto à sede administrativa, melhor integração entre estes sistemas e maior velocidade no registro das operações financeiras resultantes das atividades operacionais da empresa.

Para tanto, saliente-se a renovação contratual do software de gestão integrada na sede administrativa e os investimentos realizados em software/hardware nas Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN's e nos núcleos técnico e operacional.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2010.

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2010.

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Não se aplica à Unidade. A Companhia não recebeu créditos no exercício de 2010.

2.4.3. Indicadores Institucionais.

I - Programa de Investimento em Infra- estrutura de Apoio (LOA).

a) Utilidade: Volume de recursos efetivamente alocados na manutenção e adequação de bens móveis, imóveis e de informática e tele-processamento.

b) Tipo: Indicador de Efetividade.

c) Fórmula de cálculo: Percentual de execução do orçamento.

d) Método de aferição: Relação entre os montantes efetivamente gastos e os valores orçados.

e) Resultado do indicador no exercício: 44,92%

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

(Não se aplica)

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(Não se aplica)

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

5.1. Composição do quadro de servidores ativos

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
Provimento de cargo efetivo				
Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
Servidores de Carreira				
Servidor de carreira vinculada ao órgão	220	139	23	18
Servidor de carreira em exercício descentralizado				
Servidor de carreira em exercício provisório				
Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
Servidores Cedidos ou em Licença				
Cedidos	03	03	-	-
Removidos	-	-	-	-
Licença remunerada	-	-	-	-
Licença não remunerada	-	07	03	-
Provimento de cargo em comissão				
Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
Grupo Direção e Assessoramento superior				
Servidor de carreira vinculada ao órgão		01	01	
Servidor de carreira em exercício descentralizado		11	01	
Servidor de outros órgãos e esferas				
Sem vínculo		01		
Aposentado				
Funções gratificadas				
Servidor de carreira vinculada ao órgão		19		
Servidor de carreira em exercício descentralizado				
Servidor de outros órgãos e esferas				
Total	220	181	26	18

Quadro 10 - Referência: Quadro A.5.1 Composição do Quadro de RH – Situação apurada em 31/12/2010. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

**Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária –
Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
Provimento de cargo efetivo					
Membros de poder e agentes políticos					
Servidores de Carreira	35	31	25	35	20
Servidores com Contratos Temporários					
Servidores Cedidos ou em Licença	02	-	-	03	02
Provimento de cargo em comissão					
Cargos de Natureza Especial					
Grupo Direção e Assessoramento Superior			01	12	
Funções gratificadas	02	02	05	04	02

Quadro 10.1 - Referência: Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de RH por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Provimento de cargo efetivo									
Membros de poder e agentes políticos									
Servidores de Carreira		9	10	24	65	59			01
Servidores com Contratos Temporários									
Servidores Cedidos ou em Licença									
Provimento de cargo em comissão									
Cargos de Natureza Especial									
Grupo Direção e Assessoramento Superior						13			
Funções gratificadas									
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Quadro 10.2 - Referência: Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de RH por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

(Não se aplica)

5.3. Composição do quadro de estagiários

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	17	18	17	16	102.110
Área Meio	09	07	07	10	74.395
Nível Médio					

Quadro 11 - Referência: Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

5.4. Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
Valor em R\$1,00

Tipologias /Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.215.911		207.318	174.716				2.597.945
2009	2.510.419		218.149	231.282				2.959.849
2010	2.423.303		198.204	254.104				2.875.610
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	114.146		9.679	3.918				127.744
2009	125.622		8.154	4.328				138.103
2010	126.193		10.516	4.310				141.020
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	289.575		11.662	3.153				304.390
2009	289.934		14.329	-				304.264
2010	315.532		18.469	3.478				337.479
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	687.837		50.809	17.267				755.913
2009	644.269		56.118	13.065				713.453
2010	803.341		66.253	18.142				887.736

Quadro 12 - Referência: Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
 Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

5.5. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços
Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante									
Nome: CIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MG									
UG/Gestão: SEDE ADMINISTRATIVA					CNPJ: 17.196370-0001/68				
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
						F	M	S	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	063/2005	20021713/0001-49	Jan/10	Out/10	14	14					E
2007	L	O	010/2007	06199354/0111-93	Jan/10	Dez/10	02	02					E
2010	L	O	040/2010	97481220/0001-16	Nov/10	-	15	15					A
2009	V	O	042/2009	37162435/0001-42	Jan/10	Out/10	12	12					E
2010	V	O	037/2010	07834205/0001-11	Nov/10	-	14	14					A

Observação: Sem observações relevantes.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro 13 - Referência: Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MG													
UG/Gestão: SEDE ADMINSTRATIVA							CNPJ: 17.186370/0001-68						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	6	O	046/07	19201128/0001/41	Jan/10	Dez/10			2	2			P
2006	6	O	030/06	19201128/0001/41	Jan/10	Dez/10			2	2			P

Observação: Sem observações relevantes.

LEGENDA

Área:

Apoio Administrativo Técnico e Operacional;

Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

Serviços de Copa e Cozinha;

Manutenção e conservação de Bens Móveis;

Serviços de Brigada de Incêndio;

Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro 14 - Referência: Quadro A.5.9. - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
046/07	6	02	Sede Administrativa
030/06	6	02	Sede Administrativa
040/2010	7	02	Sede Administrativa
		01	Araguari
		01	Capinópolis

		01	Frutal
		01	Ituiutaba
		01	Monte Carmelo
		01	Paracatu
		01	Patos de Minas
		01	Patrocínio
		01	Sacramento
		01	Uberaba
		01	Uberlândia
		01	NUTEM
		01	Unaí
37/2010	8	04	Monte Carmelo
		04	Patos de Minas
		02	Patrocínio
		04	Uberlândia

LEGENDA
Área:

Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
 Serviços de Copa e Cozinha;
 Manutenção e conservação de Bens Móveis;

Serviços de Brigada de Incêndio;
 Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 Higiene e Limpeza;
 Vigilância Ostensiva;
 Outras.

Quadro 15 - Referência: A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

5.6.1. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

O dimensionamento do quadro de pessoal da CASEMG foi definido na implantação do Plano de Cargos e Salários – PCS, em 2006. Atualmente, a empresa depara com um número insuficiente de funcionários decorrente da alta rotatividade em face da atual demanda de profissionais qualificados no mercado de trabalho e, de alguma forma, pelos valores remuneratórios ora praticados pela empresa.

Outro fato a considerar é que o concurso público para provimento de vagas, homologado em 2006 e renovado por 02 anos, teve seu prazo expirado.

No ano de 2010 ocorreram 18 (dezoito) rescisões contratuais, sendo 11 (onze) pedidos de demissão e 07 (sete) demissões motivadas. No mesmo período, foram admitidos 23 (vinte e três) novos empregados.

A avaliação de desempenho do quadro de funcionários ocorre anualmente. Para que o empregado faça jus à progressão horizontal (crescimento salarial dentro do próprio cargo ou classe, em níveis sucessivamente superiores), deverá ter cumprido o interstício mínimo de 02 (dois) anos de efetivo

exercício no nível em que se encontra e ter obtido pontuação mínima de 8,0 (oito) nas duas últimas avaliações de desempenho.

No período, foram avaliados 125 empregados, sendo que, dentre eles, 94 cumpriram o acima preceituado e foram avaliados horizontalmente. Destes, 90 atingiram pontuação igual ou superior a 8,0; outros 2 fizeram jus à promoção por antiguidade, por terem cumprido o período de 4 anos no mesmo cargo sem ter obtido direito à progressão por mérito. Assim, 92 funcionários, 97,9% dos empregados que estavam habilitados para avaliação horizontal, atingiu a pontuação mínima, o que resultou em acréscimo salarial (Progressão Horizontal). A média de pontuação dos funcionários que obtiveram a progressão foi de 8,9 (oito vírgula nove).

No ano de 2010, a companhia promoveu treinamentos de funcionários, sendo que foram realizados 11 cursos com a participação de 15 funcionários da sede administrativa (cursos sobre CIPA/SIPAT, Departamento De Pessoal: Rotinas Trabalhistas, Sistema Público de Escrituração Digital, Oficina de Auditoria Interna, Fechamento de balanço: Aspectos Contábeis e Fiscais, Web Design, Pregão Eletrônico, Tecnologia TOTVS). Participaram do Treinamento sobre CIPA/SIPAT, 14 empregados das unidades operacionais.

A necessidade de treinamento é crescente, uma vez que, devido à grande rotatividade, faz-se necessário o aperfeiçoamento da força de trabalho entrante para que a qualidade das atividades nas diversas unidades seja mantida.

A CASEMG entende que, valorizando seus recursos humanos, estará priorizando seu desenvolvimento organizacional; por via de consequência e através da implantação de políticas de recursos humanos coerentes e que visem o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus empregados, a empresa terá melhores condições de atingir os objetivos e metas físicas e financeiras definidos no item 2,3.2., página 11, deste Relatório de Gestão.

Em relação aos processos que tramitam na Justiça do Trabalho, no ano de 2010 foram liquidadas 13 (treze) ações judiciais não referentes ao Dissídio Coletivo de Trabalho de 1991, no valor de R\$ 775 mil e 2 (duas) referente ao Dissídio Coletivo, no valor de R\$353 mil, totalizando um desembolso de R\$1.128 milhão.

Ainda no mesmo período, foi pago o saldo remanescente do acordo trabalhista firmado em 2009, no montante de R\$465 mil, totalizando, em 2010, R\$1.593 milhão a redução do passivo trabalhista da Empresa.

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG



Belo Horizonte, 15 de março de 2011

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que as informações referentes a contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais encontram-se disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/SICOM, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, as quais vêm sendo regularmente atualizadas por esta Assessoria de Planejamento/ASPLA.



Ademir Nunan Leite
Coordenador da Assessoria de Planejamento
CASEMG

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.



Belo Horizonte, 30 de março de 2011.

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, estão sendo cumpridas pela Gerência de Recursos Humanos.



Hermelinda Araújo Soares
GEREH – Gerente de Recursos Humanos
CASEMG

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- Ambiente de controle;
- Avaliação de risco;
- Procedimentos de controle;
- Informação e comunicação;
- Monitoramento.

Sistema de Controle Interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Metodologia: Planejamento; Avaliação dos Controles Internos por meio de Questionário de Avaliação do Controle Interno – QACI; Exames amostrais; Análise de cumprimento do Programa de Dispendios Globais – PDG, Contratos, Normativos Internos e Leis.					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

Quadro 16 – Sistema de Controle Interno do UJ

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X					
<i>Considerações Gerais: Quadro preenchido pelo titular da Gerência Administrativa, responsável pelos processos licitatórios, individualmente.</i>						

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro 17 – Critério de Sustentabilidade Ambiental

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

(Não se aplica)

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- Planejamento da área;
- Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- Segurança da informação;
- Desenvolvimento e produção de sistemas;
- Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3 SERVIDORES				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					

6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Quadro 18 - Referência: A.12.1 – Gestão de TI da UJ. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

(Não se aplica).

14. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declarações do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

No exercício de 2010, não houve deliberações do TCU para CASEMG.

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.712/2008-5	5993/2009- 2ª Câmara	4.2	DE	3612/2009- TCU – SECEX - MG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					
Descrição da Deliberação:					
Item 4.2 irregularidades/falha – item 1.3.1.1 (fl. 156) – falta de regularização das averbações e registros de imóveis pertencentes à CASEMG.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gerência Administrativa – GERAD					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Companhia tomou todas as providências ao seu alcance para regularização da pendência, contudo algumas ações não dependem somente da CASEMG.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.					
Formoso: A CASEMG distribui ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-nos aguardar a decisão judicial. Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providências para solução da pendência. Foi-nos informado que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento. Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979. Patrocínio: Foram pagos todos os emolumentos cartoriais e tributários para a última ação do registro definitivo do imóvel à CASEMG. As certidões municipais foram protocoladas no registro de imóveis do Município. Uberlândia: Foi determinado o levantamento planimétrico do imóvel para unificação das matrículas. Tal levantamento foi concluído em 10/12/2010 e levado à averbação cartorial no Município de Uberlândia.					

Quadro 19 - Referência: Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

No exercício de 2010, não houve deliberações do OCI para CASEMG.

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório n.º 208210 - CGU – Exercício 2007	1.1.2.1 Constatação (002)	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			
Descrição da Recomendação:			
Assunto – Bens Imobiliários – Constatação (002). Recomendação 001: “enviar esforços para regularizar os 6 (seis) imóveis da entidade pendentes de averbações e registros”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gerência Administrativa – GERAD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Companhia tomou todas as providências ao seu alcance para regularização da pendência, contudo algumas ações não dependem somente da CASEMG.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Formoso: A CASEMG distribui ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-nos aguardar a decisão judicial. Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providências para solução da pendência. Foi-nos informado que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento. Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979. Patrocínio: Foram pagos todos os emolumentos cartoriais e tributários para a última ação do registro definitivo do imóvel à CASEMG. As certidões municipais foram protocoladas no registro de imóveis do Município. Uberlândia: Foi determinado o levantamento planimétrico do imóvel para unificação das matrículas. Tal levantamento foi concluído em 10/12/2010 e levado à averbação cartorial no Município de Uberlândia.			

Quadro 20 - Referência: Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para o caso de não acatamento.

No exercício de 2010, foram emitidas pela Auditoria Interna – AUDIN, 171 recomendações, das quais, 143 foram atendidas e, apenas, 28 encontram-se pendentes, mas cujas providências para solucioná-las vêm sendo tomadas pelas respectivas áreas envolvidas.

Tais providências vêm sendo acompanhadas de maneira permanente e tempestiva pelos Conselhos Fiscal e de Administração, bem como pela Diretoria Executiva, buscando-se minimizar as inconsistências apontadas pelo controle interno da companhia, no exercício de suas atribuições.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Sem ocorrências consideradas relevantes.

**PARTE B DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
DA GESTÃO.**

1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CONTEÚDO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro I – Balanço Patrimonial

Quadro II – Demonstração do Resultado

Quadro III – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro IV – Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais
Ativo

	2010	2009
Circulante		
Caixa e bancos	112.657	54.661
Aplicações financeiras	833.685	548.329
Contas a receber de clientes (Nota 4)	1.342.379	1.356.602
Estoques de almoxarifado	67.636	58.926
Estoque de Produtos de Terceiros (Nota 5)	155.865.357	83.889.352
Despesas antecipadas	176.411	172.557
Adiantamentos concedidos	38.641	39.065
Tributos a recuperar/compensar (Nota 6)	320.742	138.584
Outros créditos e valores a receber (Nota 8)	81.936	201.809
Ressarcimento de clientes	46.798	326.364
Precatório em fase de recebimento (Nota 7)	500.000	600.000
	159.386.241	87.386.249
Não Circulante		
Realizável em longo prazo		
Desapropriação de imóveis a receber (Nota 9)	683.489	1.143.446
Precatório em fase de recebimento (Nota 7)	-	500.000
Valores bloqueados pela justiça (Nota 12)	696.840	1.175.673
Depósitos judiciais (Nota 12)	345.887	441.717
Crédito a compensar c/ impostos municipais (Nota 10)	816.255	825.182
Cobranças judiciais (Nota 11)	112.403	846.313
Duplic. a receber de clientes em cobr. Judicial (Nota 12)	539.439	527.225
Provisão p/ Devedores de Liq.Duvidosa (Nota 12)	(299.171)	(181.009)
Outros créditos e valores	-	13.278
Imobilizado (Nota 13)	149.222.355	148.549.291
Depreciação Acumulada	(124.834.115)	(121.817.546)
	27.283.381	32.023.570
Total do Ativo	186.669.623	119.409.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais
Passivo e patrimônio líquido

	2010	2009
Circulante		
Fornecedores	712.161	653.287
Salários e contribuições previdenciárias	1.045.892	1.028.846
Obrigações tributárias	155.284	260.708
Parcelamento REFIS (Nota 14)	102.520	205.040
Provisão para contingências (Nota 15)	3.237.222	1.357.289
Acordos trabalhistas	-	869.928
Estoque de produtos de terceiros (Nota 5)	155.865.357	83.889.352
Parcelamento Fornecedor		
Outras Obrigações a curto prazo	357.169	152.292
	76.640	
		50.769
	161.552.245	88.467.511
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 15)	136.611	783.088
Parcelamento REFIS (Nota 14)	1.943.486	2.046.006
Parcelamento Fornecedor	116.067	-
	2.196.164	2.829.094
Patrimônio líquido		
Capital Social (Nota 16)	26.814.711	26.814.711
Prejuízos Acumulados	(3.893.497)	-
Reserva Legal (Nota 17)		
	-	63.061
Reserva de Lucros a Realizar (Nota 17)		
	-	308.861
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 17)		
	-	926.582
	22.921.214	28.113.214
Total do Passivo	186.669.623	119.409.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	2010	2009
Receita Operacional Bruta	17.388.615	15.940.729
Venda de Mercadorias e Serviços		
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.354.578)	(1.237.141)
PIS Não Cumulativo	(294.086)	(269.290)
ISSQN	(544.032)	(488.520)
ICMS	(9.327)	-
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	566.245	530.212
	(1.635.778)	(1.464.738)
Receita Operacional líquida	15.752.837	14.475.991
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.998.187)	(10.621.721)
Lucro Bruto	4.754.650	3.854.270
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.976.747)	(5.494.369)
Reversão de provisões constituídas (Nota 17)	1.329	814
Recuperação de INSS s/ REFIS	-	3.512.980
Crédito Escritura Pública Confissão dívida	-	1.045.294
Outras Receitas operacionais	1.629.922	1.787.010
Outras Despesas Operacionais	(450.392)	(502.647)
Perdas no recebimento de créditos	(1.182.219)	(22.275)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	57.824	203.889
Depreciação	(3.051.832)	(3.123.449)
	(9.972.115)	(2.592.752)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(5.217.465)	1.261.518
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	(11)	(305)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social	(0,129747562)	0,031363692
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
		Reserva legal	Reserva Lucros a Realizar	Reserva Retenção Lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	161.176.620				(134.361.909)	26.814.711
Redução do capital social Conforme AGE 25/09/09	(134.361.909)				134.361.909	-
Ajustes de exercícios anteriores					37.290	-
Lucro líquido do exercício					1.261.213	-
Constituição de reservas:		63.061	308.861	926.581	(1.298.503)	1.298.503
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	26.814.711	63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
Saldos em 1º de janeiro de 2010	26.814.711	63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
Ajustes de exercícios anteriores a 2010 (Nota 20)					25.477	25.477
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2010					(5.217.477)	(5.217.477)
Compensação de Reservas de Lucro		(63.061)	(308.861)	(926.581)	1.298.503	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	26.814.711	-	-	-	(3.893.497)	22.921.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa- Método Indireto
Para o Exercício Findo em 31 de dezembro
Em reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.217.477)	1.261.213
Aumentos (Diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.051.832	3.123.449
Despesas juros	57.154	85.970
Receitas juros	(47.410)	-
Perda do imobilizado	11	305
Provisão para perdas de créditos	-	17.459
Provisão para contingências	2.183.669	1.224.446
Reversão de provisões de créditos	(1.329)	(814)
Recuperação INSS sobre REFIS	-	(3.512.980)
Prejuízo de exercício ajustado	26.450	2.199.048
Variações do ATIVO		
Diminuição (Aumento) de Contas a Receber Clientes	14.223	(386.033)
Diminuição (Aumento) de Concessão de Direito Real de Uso	59.323	(17.178)
Diminuição da Desapropriação de Imóveis	459.957	-
Aumento Despesas Antecipadas	(3.855)	(62.637)
Diminuição (Aumento) de Ressarcimento a Clientes	279.566	(272.132)
Diminuição (Aumento) Estoque almoxarifado	(8.710)	26.710
Diminuição (Aumento) Tributos a compensar	(182.158)	27.780
Diminuição Adiantamentos	425	339
Aumento outras contas a receber	(38.706)	(845.445)
Diminuição outras contas a receber	120.263	37.924
Diminuição (Aumento) IRPJ a recuperar	13.278	(6.940)
Diminuição (Aumento) Dep.Recursais/Restituíveis /Valores Bloqueados	662.585	(494.098)
Aumento Dupls. a receber em cobrança judicial	(20.701)	(365.897)
Diminuição Prefeitura Muriaé	500.000	600.000
Diminuição de Cobranças Judiciais	733.911	888.174
Aumento de provisão de perdas	(118.162)	-
Total	2.471.238	(869.434)
Variações do PASSIVO		
Aumento de Fornecedores	61.970	375.030
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	(105.424)	148.451
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	17.046	154.046
Aumento de Obrigações a Terceiros	36.131	13.324
Aumento (Diminuição) de Parcelamento CEMIG(CP/LP)	320.945	(477.214)
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(1.571.955)	(956.670)
Diminuição Parcelamento REFIS	(205.040)	(54.023)
Diminuição Provisão ISSQN/IPTU	-	(734.334)
Total	(1.446.328)	(1.531.390)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições do Ativo Imobilizado	(708.009)	(101.992)
Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	343.352	-303.768
Caixa no início do período	602.989	906.757
Caixa no fim do período	946.341	602.989

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES**FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009***Em reais***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Lei nº. 11.638/07 promulgada em 2008 e a Medida Provisória 449, convertida na lei 11.941/2009, alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação à matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado.

a.1) Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

a.2) Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para perdas, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. A estimativa para perdas foi feita de acordo com a Lei nº 9430/96 com a finalidade de deduzi-las na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Os registros contábeis das perdas foram feitos com o lançamento contábil a débito do resultado e a crédito de conta redutora do crédito.

a.3) Estoques de almoxarifado

Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

a.4) Estoque de mercadoria de terceiros

Os estoques de terceiros relativos as mercadorias armazenadas conforme registro de inventário.

a.5) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 13).

a.6) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

b) Classificação dos passivos circulante e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

b.1) Provisão para contingências

A provisão para contingências relacionada processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos.

b.2) Demais passivos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)

O saldo de R\$ 1.329.378 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.356.602 em 31 de dezembro de 2009), refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2010	POSIÇÃO EM 2009
Alfenas	-	-
Araguari	102.404	58.714
Bonfinópolis	-	368
Buritis	-	140.000
Capinópolis	80.349	45.095

Centralina	-	6.800
Conceição das Alagoas	60.676	36.397
Frutal	85.997	16.120
Ituiutaba	105.556	53.812
Monte Carmelo	146.364	82.586
Paracatu	58.042	95.192
Passos	8.484	22
Patos de Minas	115.829	53.345
Patrocínio	154.386	85.020
Sacramento	16.432	18.249
Santa Vitória	4.716	11.395
Tupaciguara	12.178	1.221
Uberaba	159.123	106.779
Uberlândia	231.844	543.957
Unaí	-	1.530
TOTAL	1.342.379	1.356.602

5. ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)

Refere-se ao saldo contábil de produtos armazenados conforme o registro de inventário das Unidades de Armazenagem em 31/12/2010 de R\$155.865.357 e em 31/12/2009 de R\$83.889.352, relativo aos produtos agrícolas diversos de clientes, cuja rubrica e conta contábil são informadas no SPED fiscal.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)

Os valores no montante de R\$320.742 estão compostos por: INSS a compensar de R\$123.026 relativo ao recolhimento efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo está sendo analisado pela Receita Federal do Brasil para compensação na dívida em processo de

parcelamento em andamento do REFIS; IRRF, COFINS, PIS e CSLL a compensar- R\$195.387 relativo a retenção na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuja compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN a recuperar de R\$494 relativo ao recolhimento a maior, em processo de verificação pela Prefeitura local; e IRRF a recuperar de R\$1.836 a ser compensado na apuração do lucro real ou com outros tributos federais.

7. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO (Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo)

Em 31/12/2010 encontram-se registrados no Ativo Circulante, o saldo remanescente de 10 parcelas no montante de R\$ 500.000, do acordo firmado em 2008 com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub- júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município.

Para a devolução do imóvel, a Companhia oficiou o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando providências, haja vista o descumprimento do acordo. O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 foi liquidada no exercício de 2008 e o restante com início de pagamento em 2009, sendo recebido R\$600.000 em 2009 e R\$600.000 em 2010, mais os juros previstos.

8. OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)

Conforme abaixo discriminado, os valores referem-se à Concessão de direito real de uso de imóveis; os depósitos judiciais a serem compensados com débitos de fornecedores relativos a cessão de mão de obra, valor a receber de convênio firmado com o município de Jaíba e ISSQN e IPTU a compensar relativa a escritura pública de confissão e compensação de débitos recíprocos:

	2010	2009
Concessão de Direito Real de Uso	32.000	91.323
Depósitos judiciais Restituíveis e valores bloqueados	2.303	90.224
Convênio com Município de Jaíba	11.500	-
ISSQN/IPTU à compensar município de Frutal	-	20.263
Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia	36.133	-
	81.936	201.809

9. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (Realizável a Longo Prazo)

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Governador Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	-	459.957
	683.489	1.143.446

De acordo com a Apelação Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a ação contra a Prefeitura de Governador Valadares relativa à execução de título extrajudicial da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, foi considerada nula, em função da CASEMG - sociedade de economia mista federal, com capital majoritário da União, não poder ter seus bens desapropriados por um município, sem prévia autorização do Presidente da República. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, aguardando apenas a expedição de carta de sentença para averbação no cartório de registro de imóveis na comarca de Governador Valadares. O ajuste contábil ainda não foi procedido no balanço, uma vez que se encontra pendente a regularização do imóvel para reintegração ao ativo imobilizado da Companhia e o acerto de contas do valor de entrada pago pela Prefeitura em contrapartida à utilização do imóvel desde a época da desapropriação.

O valor a receber da Prefeitura de Ipanema relativa a desapropriação do imóvel em 1991 origina-se de ação que conta com julgamento procedente, e que ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com expectativa de recebimento a longo prazo, motivo pela qual foi baixado nos termos da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. O item 35 da referida resolução determina que se a entrada de benefícios econômicos se tornarem provável, a entidade divulga o ativo contingente.

10. CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (Realizável a Longo Prazo)

O valor total desta rubrica de R\$816.255 refere-se ao saldo a compensar com impostos municipais do município de Frutal, conforme Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e CASEMG, sendo a diferença do crédito a favor

da CASEMG , revertido a título de compensação de débitos de IPTU incidentes sobre os imóveis de sua propriedade na cidade de Frutal, bem como a compensação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN. Durante o exercício de 2010 o valor compensado de IPTU foi de R\$8.927.

11. COBRANÇAS JUDICIAIS (Realizável a Longo Prazo)

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 112.403 e de R\$846.313 em 2009, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso em cobrança judicial.

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Felixlândia	90.000	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	-	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	-	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	-	99.585
Usapanos Panos Limpeza	-	209.230
Iconomil	-	135.421
Líria de Cássia Salomão (imóvel de Janaúba)	-	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	-	1.287
TOTAL	112.402	846.313

Em 2010 foi efetuada a baixa contábil de valores em cobrança judicial em contrapartida a perdas no resultado no valor total de R\$1.061.287,67 em função da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente, e no item 35 da referida resolução determina que se a entrada de benefícios econômicos se tornarem provável, a entidade divulga o ativo contingente.

Diante das informações do Setor Jurídico da Companhia sobre a expectativa de êxito curto e longo prazo, foram feitas as baixas e ajustes contábeis:

A ação contra o município de Felixlândia, já tem sentença favorável no valor de R\$90.000 com expectativa de recebimento em curto prazo. Da mesma forma, a ação contra Oliveiros Fernando Nogueira Lima, com pedido julgado procedente, estando o processo em fase de cumprimento de sentença e tendo sido indicado bem imóvel à penhora.

A ação contra o município de Gurinhatã foi baixada em função da escritura pública declaratória que considerou extinta a dívida do município de Gurinhatã na condição de reversão do imóvel à Companhia com a revogação da Lei Municipal nº 306;

As demais ações judiciais têm expectativa de êxito em longo prazo: dos municípios de São Francisco o pedido foi julgado procedente estando em fase de cumprimento de precatório; de Espinosa o processos encontra-se concluso para julgamento; Usapanos Panos Limpeza- apesar de o feito ter sido julgado procedente e se encontrar em fase de cumprimento de sentença, não foram localizados bens da parte requerida de forma a se viabilizar a satisfação do crédito da Companhia; Iconomil - o processo foi extinto sem julgamento de mérito; Liria de Cássia Salomão o pedido de reintegração de posse foi julgado procedente estando o feito arquivado, com pedido de desarquivamento; e Valdir José Faria apesar do pedido ter sido julgado procedente, não foram localizados bens de propriedade do requerido passíveis de penhora de forma a se viabilizar a satisfação do crédito.

12. DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 539.439 em 2010 e de R\$527.225 em 2009, decorre de valores a receber relativos ao faturamento de duplicatas de clientes em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos:

Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial	539.439	527.225
Provisão p/ Devedores de Liquidação Duvidosa	(299.171)	(181.009)

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. Prazo)

Em dezembro de 2010 o saldo de depósitos judiciais de R\$345.887 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas e cíveis. O saldo de R\$696.840 de valores bloqueados pela justiça do trabalho, objetiva garantir parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub júdice.

14. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2010	2009
Terrenos		587.337	587.337
Edificações	4%	8.952.274	8.948.109
Máquinas e Equipamentos	10%	47.685.838	47.561.832

Móveis e Utensílios	10%	1.788.088	1.448.596
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.093.611	89.004.333
Obras em andamento		1.568	93.834
Direitos de Propriedade		412.327	300.850
Equipamentos de Informática	20%	490.647	393.766
		149.222.823	148.549.291
(-) Depreciação Acumulada		(124.834.115)	(121.817.546)
TOTAL		24.388.240	26.731.745

Em 2010 ocorreram baixas no imobilizado de bens móveis obsoletos cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$11,39.

Como Ativos Imobilizados estão incluídos itens tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos; e que se espera utilizar por mais de um exercício.

Em 1990 foi baixado contabilmente o imóvel da Companhia localizado na cidade de Três Pontas mediante processo licitatório de alienação. Foi interposta uma ação civil pública visando a anulação do ato administrativo ao entendimento que o valor era inferior ao de mercado. O pedido foi julgado procedente determinando-se o cancelamento do registro de imóvel e a restituição dos valores recebidos pela CASEMG, estando no momento em fase de cumprimento de sentença para apuração de perdas e danos e expedição de carta de sentença para averbação junto ao cartório de registro de imóvel. O ajuste contábil será procedido quando da regularização do imóvel para reintegração ao ativo imobilizado da Companhia e o acerto de contas do valor recebido em contrapartida a utilização do imóvel desde a época da alienação.

15. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2010	2009
Débito total	2.251.046	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	(5.310.145)
Dívida Consolidada	2.251.046	5.539.797
Acréscimo (decréscimo) da dívida	-	366.078
Retificação do débito de INSS	-	(3.512.979)
Pagamento de parcelas no exercício	(205.040)	(227.819)
Atualização TJLP no exercício	-	85.970
Saldo devedor REFIS	2.046.006	2.251.046

Dividido em:

Passivo Circulante	102.520	205.040
Exigível em Longo Prazo	1.943.485	2.046.006

No final de 2009 a Companhia solicitou parcelamento do saldo remanescente da dívida do REFIS à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que trata a Lei nº 11.941/ 2009, e está aguardando a consolidação dos débitos, cujo cronograma já encontra-se definido pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2 de 03/02/2011.

Para a garantia do débito original do REFIS foi dado os imóveis de Patrocínio e Paracatu.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS (R. Longo Prazo)

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 3.373.833, sendo R\$ 3.237.222 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 136.611 no Exigível a Longo Prazo, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

Conforme registrado na Nota nº 12, existem valores bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais relativos às ações provisionadas, registrados no Ativo Realizável em Longo Prazo no montante de R\$1.042.727.

Em 2010 foram liquidados o montante de R\$1.504.228 sendo: saldos remanescentes do acordo trabalhista firmado em 2009; liquidação de ações trabalhistas e cíveis relativas à execução de sentença e pensões judiciais.

17. REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUIDAS (Redutora de Despesas Administrativas)

O saldo de R\$1.329 em 2010 e R\$814 em 2009 refere-se à reversão de provisão de perdas de duplicatas de clientes contabilizada em anos anteriores, ora quitadas no exercício.

18. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2010 o capital social no valor de R\$ 26.814.711, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte:

Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

19. DA COMPENSAÇÃO DAS RESERVAS DE LUCROS COM PREJUÍZO ACUMULADO

Em 2010, em virtude do prejuízo apurado no exercício de R\$5.217.477, foi feita a absorção das reservas de lucro, conforme previsão de compensação nos artigos 189 e 202 da Lei 6404/76. Em 2009 de acordo com o Estatuto Social da Companhia e lei 6404/76 foi feita a destinação dos lucros, cuja distribuição foi aprovada pela AGO- Assembléia Geral Ordinária da seguinte forma: Reserva Legal – R\$63.061; Reserva de Lucros a Realizar- R\$308.861; Reserva de Retenção de Lucros – R\$ 926.582 .

20. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, registrados em 2010 no montante devedor de R\$136.445 e credor de R\$ 161.922, com resultado credor de R\$25.477, decorrem de ajustes de provisão de férias; de despesas médicas, e baixa da ação de cobrança do município de Gurinhatã relativa a escritura pública declaratória de extinção de dívida perante a Companhia registrada em 2006.

21. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	2010	2009
Despesas Financeiras	(218.368)	(131.879)
Juros e VM, pagos ou incorridos	86.522	5.633
Multas dedutíveis e indedutíveis	104.309	10.091
TJLP sobre REFIS	-	85.970
Comissões, despesas bancárias e outras	27.537	30.185
Receitas Financeiras	276.192	335.768
Taxa de Permanência	122.905	182.472
Apropriação de juros e multas	97.710	88.035
Renda de aplicação financeira	12.342	52.180
Variação Monetária Ativa	43.234	13.081
Total	57.824	203.889

22. DOS RESULTADOS

Em 2010 a Provisão para Contingência Trabalhistas e Cíveis impactou negativamente o resultado do exercício com o montante registrado de R\$2.922.234 componente da rubrica “Despesas gerais e administrativas”; também foi registrada a baixa dos ativos contingentes, cuja expectativa de êxito foi considerada em longo prazo pelo Setor jurídico da Companhia, **(Nota 11)**, e a provisão para Devedores de liquidação duvidosa relativa às duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial vencidas até 2008, **(Nota 12)**, no montante total de R\$1.182.219 componente da rubrica “Perdas no recebimento de créditos”.

23. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

24. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 5.101 e R\$ 502, respectivamente.

DIRETORIA

GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR

Diretor -Presidente Técnico Operacional

VANDA LÚCIA BATISTA

Diretora Financeira

BERNARDO CREIMER CHERMAN

Diretor Administrativo

Contador:

José Maria Lopes

CRC- MG- 49.680/0-0

2. Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionista e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Composição Acionária do Capital Social

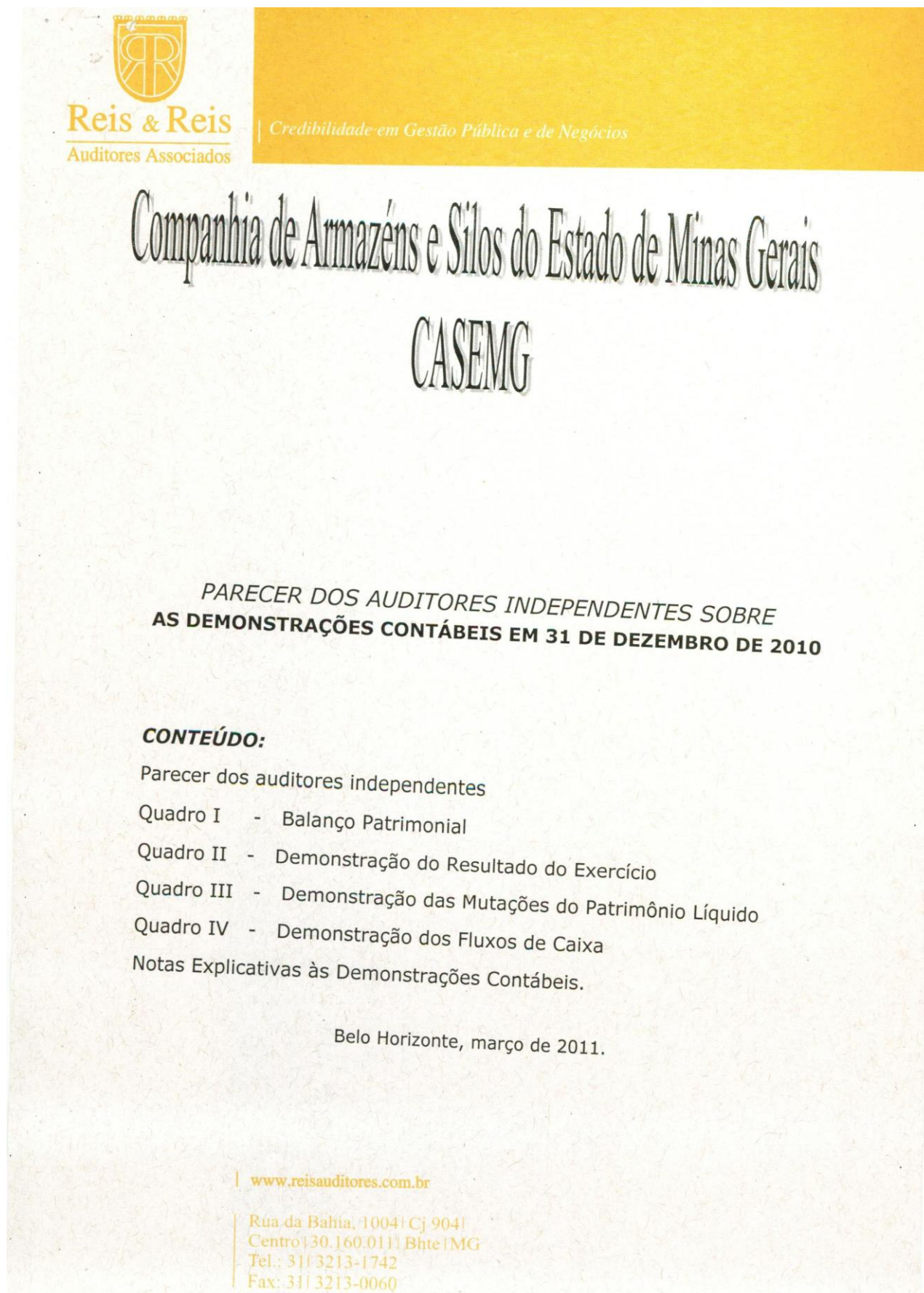
NÚMERO DE ORDEM	ACIONISTAS	CAPITAL SOCIAL (PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL)	VALOR ANTES DA REDUÇÃO	VALOR APÓS REDUÇÃO
	CAPITAL INTEGRALIZADO	100 %	161.176.620,00	26.814.710,70
	AÇÕES ORDINÁRIAS	94, 8708839	152.909.684,03	25.439.353,06
1	GOVERNO FEDERAL	92, 6034204	149.255.062,94	24.831.339,28
2	CONAB	1, 9399871	3.126.805,56	520.201,93
3	BDMG	0, 2080307	335.296,78	55.782,83
4	RURALMINAS	0, 0956372	154.144,82	25.644,84
5	CREDIREAL	0, 0118660	19.125,24	3.181,83
6	BANCO ITAÚ S/A	0, 0118548	19.107,20	3.178,83
7	CSBC	0, 0000316	50,94	8,47
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	0, 0000102	16,43	2,74
9	RAIMUNDO MENDES	0, 0000102	16,43	2,74
10	MARCOS ABREU SILVA	0, 0000102	16,43	2,74
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	0, 0000102	16,43	2,74
12	JOSÉ KALIL SALES LACERDA	0, 0000031	4,97	0,83
13	HUMBERTO ELRICK LADEIRA	0, 0000021	3,31	0,56
14	HIGINO V. FONSECA	0, 0000021	3,31	0,56
15	AFONSO M. N. FILHO	0, 0000021	3,31	0,56
16	VICENTE PAULA. PINTO (Espólio)	0, 0000021	3,31	0,56
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	0, 0000021	3,31	0,56
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	0, 0000021	3,31	0,56
	AÇÕES PREFERENCIAIS			
1	CONAB	5, 1291161	8.266.935,97	1.375.357,64

Quadro 21 – Composição Acionária do Capital Social

- 2.1. Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Não se aplica à Unidade.

3. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**, em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e procedimentos técnicos usuais de auditoria, e compreenderam:
 - (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade;
 - (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e,
 - (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. A Resolução 1180/09 do Conselho Federal de Contabilidade aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 e determina que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente salvo quando a realização do ganho é praticamente certa. A CASEMG, baseada em nota técnica de sua Assessoria Jurídica registrou sob o título de Cobranças Judiciais, no subgrupo de Ativo Não Circulante, o montante de R\$112.403 (nota 11). Não foi possível a esta auditoria certificar a certeza na realização dos referidos ganhos.
4. A Companhia é detentora de créditos a receber, provenientes de duplicatas a receber em cobrança judicial no montante de R\$539.439 (nota 12). A Administração da Companhia registrou provisão para devedores de liquidação duvidosa no montante de R\$299.171 (nota 12). Entretanto não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor provisionado para prováveis perdas na realização dos referidos créditos.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos fatos mencionados nos parágrafos anteriores, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG** em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

www.reisauditores.com.br

Rua da Bahia, 1004 | Cj 904 |
Centro | 30.160-011 | BH | MG
Tel.: 311 3213-1742
Fax: 311 3213-0060





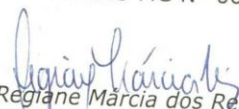
Credibilidade em Gestão Pública e de Negócios

6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, representadas pelo balanço patrimonial, resultado do exercício, mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por STAFF Auditores e Consultores S/S, CRCRS 004632/O-S-MG, cujo parecer sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2010, foi emitido contendo os parágrafos de ênfase descritos a seguir:
- "5. A empresa, no exercício, em Assembléia Geral Extraordinária, reduziu seu capital social de R\$ 161.176.620,00 para R\$ 26.814.711,00 pela absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 134.361.909,00 nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76."
- "6. A empresa, segundo suas demonstrações contábeis (notas explicativas 17 e 18) resolveu não distribuir lucros relativamente ao exercício em exame, com base no parágrafo 4º. Do art. 202 da Lei 6.404/76, tendo efetuado a seguinte destinação dos resultados do exercício:
- 5% do Lucro Líquido para Reserva Legal, no valor de 63.060,65; R\$711.450,00 para Reserva de Lucros a Realizar e o saldo do resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 486.702,35 que, somado ao valor de R\$ 37.290,00 relativo a ajuste de exercícios anteriores, monta em R\$ 523.992,35, para Reserva Especial, conforme previsto no § 5º. Do mesmo art. 202 acima mencionado."
7. Ressaltamos que a Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2010 determinou que a destinação dos resultados do exercício de 2009 se desse da seguinte forma: Reserva Legal - R\$63.061; Reserva de Lucros a Realizar - R\$308.861; Reserva de Retenção de Lucros - R\$926.582.

Belo Horizonte, 11 de março de 2011.

Reis & Reis Auditores Associados.
CRC-MG - 7021/O-0


Renata Luciana dos Reis Magalhães
CONTADOR CRC-MG Nº 069.952


Regiane Márcia dos Reis
CONTADOR CRC-MG Nº 009424/S-5 T

| www.reisauditores.com.br

Rua da Bahia, 1004 | Cj 9041
Centro | 30.160-011 | Bhte | MG
Tel.: 31 | 3213-1742
Fax: 31 | 3213-0060

PARTE C DO ANEXO II À DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

1. Informações sobre a remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.

Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

 Valores em R\$
 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Glycon T. Pinto Jr. (membro efetivo)	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	9.699
Boaventura T. de Lima	Jun/10	Out/10	-	-	-	-	-	808	808	808	808	808	-	-	4.041
José Magalhães de Sousa	-	-	808	808	1616	808	808	808	808	808	808	808	808	808	10.507
José Rogério Lara	Fev/10	Jul/10	-	808	808	808	808	808	808	-	-	-	-	-	4.849
Luiz Cláudio Portela	-	Fev/10	808	808	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.616
Marcos de Barros Valadão	-	Mai/10	808	808	808	808	808	-	-	-	-	-	-	-	4.041
Rinaldo Junqueira de Barros	-	Jan/10	808	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	808
Pedro Araújo Cardoso	Abr/10	-	-	-	-	-	1616	808	808	808	808	808	808	808	7.274
Robério Oliveira Silva	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	9.699
Gustavo P. da S. Filho	Ago/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1616	808	808	808	4.041
João Batista S. Fagundes	Nov/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	808	808	1.616

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	ou	nov	dez	Total
Cleide Edvirges Santos Laia	-	-	808	808	1616	808	808	808	808	808	808	808	808	808	10.505
Elias Jacó Santos	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	9.699
Manuel V. S. Neto	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	9.699
Ricardo C. Alves Meireles	-	-	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	808	9.699
Osvaldo T. Junior	-	Jul/10	808	808	808	808	808	808	808	-	-	-	-	-	5.658
Karla R. F. Carvalho	Ago/10	-	-	-	-	-	-	-	-	808	808	808	808	808	4.041

Quadro 22 - Referência: Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Síntese da remuneração dos administradores

 Valores em
 R\$ 1,00

Identificação do Órgão - Diretoria			
Órgão:			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010
Número de membros:	02	02	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	177.569	178.814	220.112
a) salário ou pró-labore	177.569	178.814	220.112
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	177.569	178.814	220.112
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Quadro 23 - Referência: Quadro C.12.2 Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores. Portaria TCU Nº 277, 7/12/2010

Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.

CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829

E-mail: presidencia@casemg.com.br

Site: www.casemg.com.br

